

Fundo de Transição Justa

A União Europeia continua a sofrer de um gap de investimento, comparado com o período anterior à crise, e que só se agravará com a presente situação que vivemos ligado ao COVID-19. O Plano Europeu de Investimento Sustentável é um passo importante para ajudar a fomentar o investimento, facilitar a transição para uma economia neutra em carbono, e aumentar a produtividade e competitividade na UE a médio e longo prazo. É necessário assegurar que os investimentos são canalizados para áreas produtivas com valor acrescentado visível e demonstrado, e assegurar que os fundos públicos são usados como complemento e não em substituição e/ou exclusão do investimento do sector privado.

Relativamente ao mecanismo de transição, acreditamos ser uma iniciativa importante para apoiar empresas e trabalhadores nas regiões que serão mais impactadas pela transição. As modalidades do mecanismo devem ser desenhadas de forma a otimizar o seu impacto. Mas o mecanismo não será, só por si, a solução. É também necessário assegurar as condições estruturais necessárias de forma a que esta agenda de transição traga os resultados esperados.

A nível de comentários mais específicos, a CIP transmite o seguinte:

- **Financiamento:** O fundo de transição justa será estabelecido como parte da política de coesão. Este fundo tem como objetivo apoiar a transição para uma economia neutra em carbono, nas regiões que mais o necessitam. Pelas estimativas apresentadas, conclui-se, que a grande maioria será canalizada para as regiões de leste que enfrentam ainda um grande desafio ligada à transição para uma economia neutra em carbono. Será, no entanto, necessário assegurar que os países que têm vindo a efetuar esta transição ao longo dos anos, como Portugal, não são penalizados por já terem feito uma parte do investimento necessário. Deverá ser assegurado que orçamento dedicado ao fundo de transição justa se mantém como proposto – fundos novos/adicionais e não retirados do orçamento dedicado à política de coesão.
- **Processo:** O processo que irá definir o uso do fundo será feito através de um diálogo entre a Comissão Europeia e cada Estado Membro, como parte do Semestre Europeu. Um comentário a título mais geral, será que o Semestre Europeu está, a cada ano que passa, a incorporar mais vertentes. Embora seja naturalmente necessário assegurar uma boa coordenação de todas as reformas estruturais a levar a cabo pelos Estados Membros, será também necessário assegurar que o Semestre Europeu não se torna demasiado pesado e complexo, o que levaria a uma dificuldade acrescida na leitura de resultados e implementação por parte dos Estados Membros. Também a lógica de pressão acionada pelo Semestre Europeu seria, desta forma, diluída. Acreditamos também que, neste diálogo, será necessário os Estados Membros assegurarem que os atores relevantes são consultados, incluindo os parceiros sociais e eventuais empresas que possam ser diretamente afetadas e/ou serem motores desta transição.



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

- **Inclusão de empresas:** Cremos que seria importante que, além das regiões e das pessoas, o JTF também incluísse as empresas expressamente, na medida em que a manutenção de empregos em novas indústrias ou em indústrias convertidas é tão ou mais importante, na medida em que a conversão industrial pode ser a forma de evitar o desemprego e as subseqüentes consequências sociais. Será também necessário analisar devidamente a distinção feita entre Pequenas e Médias Empresas e outras empresas, assegurando que as diferenças a nível do acesso não causam consequências negativas na ótica das cadeias de valor e das PME's que existem em ligação a grandes empresas.
- **Investimentos que têm apoio do FTJ:** Considerando que o primeiro objetivo das medidas políticas de Transição Justa deve ser o de evitar os impactos económicos e sociais nas regiões potencialmente mais afetadas, acreditamos que os investimentos e as medidas que tenham como objetivo a criação de empregos alternativos, a transformação das indústrias existentes e, muito especialmente, a conversão industrial que significativamente contribua para a descarbonização da produção energética devem fazer parte dos investimentos cobertos pelo JTF.

No mesmo sentido, uma das formas mais eficientes de evitar o desemprego de quem trabalha em sectores energéticos que serão convertidos é o de garantir o apoio à requalificação desses profissionais e, também, o apoio ao esforço das empresas nesse processo, na medida em que a redução dos custos de conversão é um fator decisivo para o sucesso da produção energética e de produtos derivados que contribuam para a descarbonização.

Além da inclusão do encerramento de algumas instalações industriais no âmbito do JTF, é importante que a reconversão industrial, investimentos em novas fileiras ou produtos e a manutenção de postos de trabalho seja igualmente apoiada. A sua exclusão do âmbito do JTF reduz a sua possibilidade de contribuir para que o desemprego seja evitado por medidas de criação de novos empregos.